

Julia Pellin Gaertner

Luísa Carolina Endres

Rafaela Elisa Fank

Orientação: Gabriela Lima

NEUROPSICOLOGIA FORENSE: UMA ANÁLISE DE SUAS APLICAÇÕES NO CONTEXTO JURÍDICO

RESUMO

Esta pesquisa consiste em uma revisão bibliográfica de cunho qualitativo que visa sintetizar e analisar a literatura recente sobre a utilização da neuropsicologia em contextos criminais. A presença da psicologia é cada vez mais requisitada no âmbito jurídico, onde o profissional trabalha com a identificação de transtornos psicológicos e aspectos biopsicossociais. A neuropsicologia forense contribui de forma essencial e qualificada para o sistema jurídico, especialmente em contextos criminais, ao fornecer uma compreensão aprofundada da relação entre o cérebro e o comportamento. A aplicação principal da neuropsicologia forense consiste em realizar avaliações de déficits cognitivos e comportamentais de um indivíduo, auxiliando o júri na tomada de decisões. Em conclusão, a avaliação neuropsicológica forense é uma ferramenta vital para o sistema jurídico, pois fornece evidências sólidas que aprimoram a tomada de decisões em casos legais.

Palavras-chave: Psicologia Forense. Neuropsicologia. Psicologia criminal.

1 INTRODUÇÃO

O emprego dos serviços psicológicos em contextos criminais iniciou em meados do século XIX na França, quando médicos eram convocados para esclarecer crimes que não tinham uma justificativa aparente (Tebaldi, 2015). Um marco importante foi o trabalho de Prosper Despine, considerado o fundador da psicologia criminal. Em sua obra de 1868, ele analisou criminosos e concluiu que, exceto em poucos casos, suas anomalias eram de ordem moral, motivadas por ódio, vingança ou avareza, e que lhes faltava consciência moral e sentimento de dever (Tebaldi, 2015).

A neuropsicologia, caracterizada como a ciência que estuda a relação entre o cérebro e o comportamento, possui uma aplicação cada vez mais relevante no espaço jurídico (Godinho, 2024). A neuropsicologia forense é um ramo da psicologia capaz de fornecer informações cruciais para a tomada de decisões em contextos legais, frequentemente utilizada em perícias. De acordo com Bessa (2013), a avaliação neuropsicológica possui um papel essencial para compreender os indivíduos de forma integral, visto que apenas o diagnóstico médico não é capaz de determinar aspectos neuropsicológicos de um indivíduo.

A contribuição da neuropsicologia para o direito visa qualificar a prestação do serviço jurídico, enfatizando a importância do trabalho interdisciplinar para um parecer mais completo e assertivo. Dessa forma, o objetivo do presente trabalho é observar as importantes contribuições da neuropsicologia no contexto criminal e expor suas diferentes aplicações na área jurídica.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A presença da psicologia é cada vez mais requisitada no âmbito jurídico, onde o profissional trabalha com a identificação de transtornos psicológicos, além de observar e compreender aspectos biopsicossociais dos indivíduos. O direito penal, regido por códigos como o Decreto-Lei n.º 2848 de 1940, busca aplicar a justiça de forma equitativa, considerando fatores como a culpabilidade e a responsabilidade do infrator (Luiz, 2024). O uso do termo “forense” sugere uma intersecção entre a ciência e o sistema jurídico, termo esse que vem a ser reconhecido pela Associação Americana de Psicologia como uma especialização na psicologia apenas em 2001, caracterizando como um campo de estudo relativamente novo (Serafim e Saffi, 2015).

Serafim e Saffi (2015) afirmam que a neuropsicologia foi reconhecida no século XX por meio de trabalhos de Alexander Romanovich Luria, que estudou técnicas para compreender o comportamento dos indivíduos acometidos por lesões cerebrais. Por meio disso, a área se expandiu para as avaliações - bateria de testes que fornecem informações diagnósticas permitindo confirmar ou não hipóteses sobre os pacientes - possibilitando, por meio dos exames neuropsicológicos, a compreensão de quais funções cerebrais estão afetadas e quais estão preservadas, permitindo a elaboração de um plano terapêutico singular (Serafim e Saffi, 2015).

A neuropsicologia forense se define pela aplicação da teoria e metodologia da neuropsicologia clínica para responder a questões legais no sistema judicial (Simões et al., 2017). Serafim e Saffi (2015) discutem os fundamentos teóricos e práticos, bem como os seus aspectos históricos nos contextos clínico e forense no cenário brasileiro. Eles ressaltam a importância de conceitos da neurociência forense e das noções básicas de direito, além de descreverem as funções neuropsicológicas e as implicações de transtornos psiquiátricos para o sistema jurídico.

É necessário, ainda, distinguir a neuropsicologia forense da psicologia forense. Enquanto a psicologia forense abrange diversos tópicos psicológicos no contexto legal, a neuropsicologia forense tem seu foco voltado para a relação entre a estrutura cerebral e a conduta. Sua principal função é quantificar e qualificar os déficits cognitivos e comportamentais de um indivíduo, com a utilização de testes padronizados. A avaliação busca, por exemplo, diferenciar déficits reais de simulações, um caso comum em contextos criminais (Godinho, 2024). O estudo de Dores (2021) corrobora a necessidade de instrumentos específicos e válidos para o campo jurídico, que sejam capazes de mensurar as limitações funcionais decorrentes de disfunções cognitivas.

A neuropsicologia forense fornece um parecer técnico que descreve o funcionamento cognitivo de um indivíduo, abordando aspectos como atenção, memória, inteligência e funções executivas (Simões et al., 2017). Este parecer serve para auxiliar juízes, advogados e promotores para que as decisões sejam tomadas de forma assertiva.

3 METODOLOGIA

Este trabalho adotou uma abordagem qualitativa, fundamentando-se em uma revisão bibliográfica (Silva et al., 2023). A pesquisa teve como base a análise e a

síntese de textos, artigos e obras que abordam o uso da neuropsicologia na atuação da psicologia forense em contextos criminais. O objetivo foi sintetizar as informações existentes para destacar as contribuições e aplicações dessa área na justiça.

4 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A neuropsicologia forense contribui de forma qualificada para o sistema jurídico, especialmente em contextos criminais, ao fornecer uma compreensão aprofundada da relação entre o cérebro e o comportamento. Diferente da psicologia forense, que aborda temas psicológicos mais amplos, a neuropsicologia forense foca na relação entre a estrutura cerebral e o comportamento humano. De acordo com os autores, essa área de atuação busca responder a questões legais com base em princípios da neuropsicologia clínica, auxiliando na tomada de decisões judiciais de forma assertiva e cientificamente embasada (Bessa, 2013; Serafim e Saffi, 2015).

A aplicação principal da neuropsicologia forense consiste em realizar avaliações de déficits cognitivos e comportamentais de um indivíduo (Dores, 2021). Com a utilização de avaliações detalhadas e testes reconhecidos, o profissional da neuropsicologia fornece um parecer técnico que descreve o funcionamento de funções cerebrais como atenção, memória, inteligência e funções executivas (Simões et al., 2017). O documento elaborado é fundamental para auxiliar o júri na tomada de decisões com base na compreensão das capacidades cognitivas dos envolvidos.

Além disso, a neuropsicologia no contexto criminal é capaz de identificar possíveis fraudes em laudos de transtornos mentais, diferenciando reais déficits de simulações (Godinho, 2024). Essa distinção é vital para garantir que a justiça seja aplicada de forma imparcial, evitando que indivíduos passem por simulações com o intuito de reduzir penas ou obter algum benefício. Ainda, a avaliação neuropsicológica pode ser utilizada para compreender danos nas funções cerebrais em vítimas de violência, oferecendo uma visão integral dos casos criminais.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo principal sintetizar e analisar a literatura recente acerca do uso da neuropsicologia no contexto forense. Em conclusão, a avaliação neuropsicológica forense é uma ferramenta vital para o sistema jurídico. Ela fornece evidências sólidas que aprimoram a tomada de decisões em casos de interdição, violência infantil e outras questões legais.

As referências analisadas concordam que, apesar de seu crescimento e aplicabilidade, são necessárias mais pesquisas na área, especialmente no Brasil, para aprimorar os protocolos de avaliação e validar os instrumentos para a população local. Futuras pesquisas poderiam se concentrar em protocolos de avaliação específicos para o Brasil e na criação de diretrizes que garantam a autonomia do profissional.

6 REFERÊNCIAS

BESSA, Fabíola Menezes. **A importância da avaliação neuropsicológica nos processos de interdição judicial**. THEMIS: Revista da Esmec, v. 11, p. 143-155,

2013. Disponível em: <https://revistathemis.tjce.jus.br/THEMIS/article/view/63>. Acesso em: agosto de 2025.

DAS DORES, Catarina Fernandes. **Inventário de Avaliação Funcional de Adultos e Idosos (IAFAI): Estudo de validação em uma consulta de avaliação neuropsicológica forense**. 2021. Dissertação de Mestrado. Universidade de Coimbra (Portugal). Disponível em: <https://search.proquest.com/openview/1a2798f803da2464e40beed5c9aceeae/1?pq-riqsite=gscholar&cbl=2026366&diss=y>. Acesso em: agosto de 2025.

GODINHO, Caroline Vilaça. **O papel das neurociências no Direito: perspectivas e desafios multidisciplinares**. JusBrasil, 2024. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-papel-das-neurociencias-no-direito-perspectivas-e-desafios-multidisciplinares/2826263138>. Acesso em: setembro de 2025.

LUIZ, Giovanna Silva. **A importância da psicologia para o direito criminal**. 2024. 30 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/43972>. Acesso em: agosto de 2025.

SERAFIM, Antonio de Pádua; SAFFI, Fabiana. **Neuropsicologia forense**. Artmed Editora, 2015. Acesso em: agosto de 2025.

SILVA, Adeilton Elias da et al. **Pesquisa qualitativa em educação: métodos e técnicas em evidência**. Recife: Ed. dos Autores, 2023. (Coleção GEPIFHRI). Disponível em:

<https://sites.ufpe.br/gepifhri/wp-content/uploads/sites/86/2023/12/PESQUISA-QUALITATIVA-EM-EDUCACAO-METODOS-E-TECNICAS-EM-EVIDENCIA-Colecao-GEPIFHRI.pdf>. Acesso em: setembro de 2025.

SIMÕES, Mário Rodrigues et al. **Avaliação neuropsicológica em contextos forenses: Fundamentos, protocolo e instrumentos de avaliação**. 2017.

Disponível:

<https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/47213/1/Cap.%20do%20Autor%20%20AvNeurpForense.pdf>. Acesso em: agosto de 2025.

TEBALDI, Eduardo. **A psicologia, suas implicações no direito e a importância das duas áreas trabalhando em conjunto**. Jusbrasil, 2015. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-psicologia-suas-implicacoes-no-direito-e-aimportancia-das-duas-areas-trabalhando-em-conjunto/199954612>. Acesso em: agosto de 2025.